



## IDENTIDADE DIGITAL DESCENTRALIZADA (DCI) - O QUE PODE MUDAR?

A Identidade Digital Descentralizada (DCI) é um novo conceito que busca empoderar os consumidores, fornecendo-lhes controle sobre suas credenciais de identidade através de meios digitais.

Ao contrário de um RG digital convencional, a DCI é uma abordagem inovadora que permite que as pessoas construam sua própria identidade ao longo da vida, por meio de interações com órgãos governamentais, instituições de ensino, empregadores e outros serviços.

Com a proliferação de serviços online e o armazenamento disperso de dados pessoais, a DCI utiliza a tecnologia blockchain (uma tecnologia que agrupa um conjunto de informações que se conectam por meio de criptografia) para resolver esses desafios, aumentando a confiança ao registrar transações e ativos, e impedindo qualquer alteração sem detecção imediata.

A ideia central é que cada usuário possua uma "carteira" digital, contendo suas credenciais de identidade autenticadas por emissores autorizados, como o governo ou o empregador. Essa identidade digital pode ser utilizada para validação em diferentes situações, garantindo que apenas as informações autorizadas sejam compartilhadas com provedores de serviços específicos por meio da carteira digital.

## BANCOS DEVERÃO COMPARTILHAR DADOS PARA PREVENÇÃO DE GOLPES E FRAUDES

As instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Banco Central (BC) deverão compartilhar entre si dados e informações sobre fraudes e golpes no Sistema Financeiro Nacional e no Sistema de Pagamentos Brasileiro. A medida consta de norma aprovada pelo Conselho Monetário Nacional e pelo BC.

Segundo a autarquia, o objetivo é "reduzir a assimetria de informação no acesso a dados e informações utilizadas para subsidiar procedimentos e controles dessas instituições para prevenção de fraudes".

O BC informou que deverá ser criado um sistema eletrônico para o registro e a consulta de dados e de informações sobre indícios de ocorrências ou de tentativas de fraudes identificadas. O prazo de implementação é até 1º de novembro deste ano.



## BANCOS E GOVERNO DISCUTEM O FIM DO CRÉDITO ROTATIVO NO CARTÃO

O rotativo do cartão é uma das modalidades com os juros mais caros do mercado. No final de 2022, a taxa chegou a 409,3%, o maior patamar histórico. Diante desse cenário, o governo e as instituições do setor financeiro buscam alternativas. Uma delas, inclusive, trata sobre a possibilidade de extinguir esse serviço.

Para tratar sobre o assunto, a Febraban criou um grupo de trabalho com o Ministério da Fazenda e o Banco Central em abril. Desde então, diversas medidas têm entrado no debate.

Como os juros são altos nesta modalidade, a dívida acaba atingindo um alto valor, o que dificulta a quitação pelo cliente.

A ideia de encerrar o oferecimento do cartão rotativo veio dos próprios bancos. No entanto, outras opções têm sido levadas em consideração.

## PINPAG - FORÇA TAREFA DE SANEAMENTO DAS CONTAS INATIVAS OU DE RESULTADOS NEGATIVOS

Levamos ao conhecimento de toda a equipe a importância da força tarefa implantada para o saneamento de contas que não atendem ao perfil mínimo mensal de faturamento no parcelamento e de rentabilidade.

Esse é um foco diretamente ligado à Área Comercial como um todo, mas atinge toda a estrutura da PinPag, por gerar despesas das mais diversas e excessivas, considerando o número de casos negativos apurados.

O CEO da PinPag, Waldir Sampaio, lembra: "Se eliminarmos todos os casos de contas inativas ou com resultados negativos, vamos reduzir significativamente os custos mensais, preservar o nível dos serviços oferecidos, eliminando a massa de dados processados que não geram resultados positivos."

